

## O ESPAÇO PÚBLICO PELO USO PÚBLICO

### PUBLIC SPACE BY PUBLIC USE

<sup>1</sup>MORAES, C.A.G.; GOMES, <sup>2</sup>G. F. M.

<sup>1</sup> Departamento de Arquitetura e Urbanismo – Faculdades Integradas de Ourinhos - FIO/FEMM.

<sup>2</sup> Departamento de Arquitetura e Urbanismo – Faculdades Integradas de Ourinhos - FIO/FEMM.

#### RESUMO

O presente artigo concentra-se na discussão conceitual/teórica, sobre o espaço público, com o intuito de compreender como se estabelecem as relações entre o espaço e a sociabilidade urbana. Analisar o espaço público oferece complexas e múltiplas reflexões, pois esta premissa se altera a partir do contexto histórico e campo teórico que se observa. O espaço público brasileiro tem características peculiares, decorrentes do seu processo de construção, o qual o presente trabalho partirá, em sua análise, do período colonial, com referências literárias, abordando o desenvolvimento de movimentos e tendências arquitetônicas/urbanísticas até a apresentação das principais características do espaço público nos bairros da zona leste, na cidade de Ourinhos, a partir dos resultados coletados em pesquisa de campo.

**Palavras Chaves:** Espaço Público. Uso Público. identidade histórica. Cultura

#### ABSTRACT

This article concentrates on the conceptual / theoretical discussion about the public space, in order to understand how the relations between space and urban sociability are established. Analyzing the public space offers complex and multiple reflections, because this premise changes from the historical context and theoretical field that is observed. The Brazilian public space has peculiar characteristics, resulting from its construction process, which the present work will start from the colonial period, with literary references, addressing the development of movements and architectural / town planning tendencies until the presentation of the main characteristics of the public space in the neighborhoods of the eastern area, in the city of Ourinhos, from the results collected in field research.

**Keywords:** Public Space. Public Use. Historical Identity. Culture

#### INTRODUÇÃO

O espaço público é indispensável para a vida urbana, onde os cidadãos se reconhecem como membros de uma comunidade e participantes da construção de sua história coletiva, como continuidade das próprias vidas individuais. Desta forma, o espaço público apresenta-se como, abrigo da sociabilidade, símbolo coletivo e mediador das desigualdades.

O espaço público brasileiro tem características próprias, decorrente do processo histórico, e que não podem ser desconsideradas, pois são munidas de memória coletiva, a qual atribui ao local o sentido de pertencimento à sociedade.

No século XX, o urbanismo inicia uma nova discussão, a partir da *Carta de Atenas* de 1933, documento que influenciou projetos modernistas na arquitetura e no urbanismo como a construção de Brasília.

A gentrificação atual das cidades atende à especulação imobiliária, que proporciona a segregação social, proporcionando melhorias urbanas recair em zonas de classe alta e média. Isso resulta na discrepância de investimentos no espaço urbano e público acarretando a ausência de sociabilidade.

Nas cidades do interior do país, o espaço urbano/público marginalizado, são os bairros mais afastados do centro, pois o mercado imobiliário estabelece valores baixos, proporcionando maior concentração de pessoas pertencentes a classe baixa, acarretando a falta de infraestrutura e investimento no espaço público. Deste modo, o espaço público não atinge sua função de encontro, diálogo e lazer, pois não oferece a dinâmica aceitável para sua ocupação e identificação pelos cidadãos.

A partir da problemática apontado sobre o espaço público, é notável que este deixou de cumprir seu papel na malha urbana como local de encontro e interação social. Deste modo, o presente trabalho visa estudar o comportamento e as variantes, que resultam na ausência da dinâmica da sociedade atual com o espaço público.

Os elementos observados e analisados serão os bairros da Zona Leste, que compõem a classe média baixa da cidade de Ourinhos-SP. A realização de pesquisa de campo com o uso da metodologia em representação social, proporcionará a identificação de fatores e a possibilidade de reflexão, e realização de um planejamento com ações que possibilitem maior interação social, pois viver em sociedade é se sociabilizar no espaço urbano.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **Breve Histórico: Espaço Público**

O conceito de espaço público é elaborado a partir das definições teóricas que se observam em algumas áreas do pensamento. Na Filosofia, o espaço público está associado à ideia de expressão do pensamento, do exercício da construção do discurso; na Sociológica, é definido como espaço do encontro entre indivíduos de uma mesma comunidade, caracterizando as relações coletivas no convívio social. No campo jurídico é elaborado o conceito

de propriedade e apropriação do poder público e, no Urbanismo, o espaço é definido no desenho da cidade, Segundo SORIANO (2006).

O espaço público é indispensável para a vida urbana, onde os cidadãos se reconhecem como membros de uma comunidade e participantes da construção de sua história coletiva, como continuidade das próprias vidas individuais. Desta forma, o espaço público apresenta-se como, abrigo da sociabilidade, símbolo coletivo e mediador das desigualdades.

O espaço público brasileiro tem características próprias, decorrentes do processo histórico, e que não podem ser desconsideradas, pois são munidas de memória coletiva, a qual atribui ao local o sentido de pertencimento à sociedade.

Deste modo, o espaço público é elevado a uma categoria de construção Histórica e social, principalmente quando colocamos como objeto de observação a memória, onde está é voluntária, espontânea, coletiva, proporcionando ao historiador a compreensão da relação social com os monumentos e mitos históricos.

[...] inerente as elaborações do imaginário e aos processos de representação social, a memória é categoria fundamental ao estudarmos a relação das pessoas com os monumentos da cidade”, o que inclui pensar sobre o “presentíssimo”. (HARTOG, 2014, p. 261).

No período Colonial Brasileiro, as cidades e vilas fundadas nos séculos XVI e XVII tinham como características comuns a conquista e defesa do território. Segundo Teixeira (2009), afirma acerca da tipologia das localidades potiguares da época, a capela era um elemento inicial e a praça aberta a sua frente abrigava muitas manifestações religiosas. Esse tipo de apropriação demonstra a forte sacralização do espaço público da época, consequência da forte influência da Igreja.

[...] nas cidades ocidentais, as praças e adros (que configuram espaços abertos e necessariamente públicos) servem de foco para a relação estrutural entre o indivíduo (o líder, o santo, o messias, o chefe da igreja ou do governo) e o “povo” (...). Não é, pois, por mero acaso que sinalizamos os espaços urbanos que se pretendem eternos com palácios e igrejas, mercados, quartéis; ou seja, tudo aquilo que representa a possibilidade de emoldurar a vida social num sistema fixo de valores e de poder (DAMATTA, 1997, p. 40-41).

No final do período Colonial, observa-se o desenvolvimento de algumas cidades e sua importância em relação à área rural. É nesse período que o patriarca rural começa a perder espaço para a aristocracia urbana e, com o

tempo, o espaço público ganhou diversidade em sua elaboração como passeios, jardins botânicos – Rio de Janeiro em 1779-1783, Belém em 1803-1806, Salvador 1810-1815.

Nas obras de Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda é possível analisar a representação histórica da época colonial e a fragilidade da relação público-privado no Brasil, sobretudo nas obras *Sobrados e Mocambos* (1936) e *Raízes do Brasil* (1936). Embora estudar a cidade Colonial traga algumas dificuldades, pois, apesar de haver variadas pesquisas desenvolvidas acerca desse período, há teóricos que defendem a existência de uma perda significativa de registro, sendo que na tentativa de fabricar um cenário de modernidade, houve a destruição de quadros urbanísticos coloniais que correspondiam a tudo que se almejava superar, como a ausência de saneamento básico e a presença dos escravos nas ruas, responsáveis pelos serviços urbanos, como coleta de água e lixo.

A partir do século XX o urbanismo inicia uma nova discussão e abordagem, como foi visto nos *CIAMs* (Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna), tendo como principal documento teórico a *Carta de Atenas* (1933). Este documento foi crucial na elaboração do projeto urbanístico da mais famosa cidade planejada do século XX: Brasília, cujo urbanismo, ainda que elogiado mundialmente, sofre fortes críticas, como pela elaboração das superquadras, que acabaram atingindo escalas que, segundo alguns analistas, dificultaram a apropriação do espaço de uso comum, em que as edificações ficaram isoladas e as áreas verdes cortadas por vias expressas, rompendo com interação social da vida urbana.

A partir da década de 1960, com o insucesso e as críticas ao movimento moderno, iniciou-se uma maior reflexão a respeito da forma, importância e função do espaço público nas cidades. Assim, o espaço público passou a ser protagonista na revalorização do tecido urbano. Em debates públicos, questões sobre a qualidade ambiental urbana foram pautadas e proporcionou que a arquitetura presenciasse um importante momento de desenvolvimento.

A partir de então os espaços públicos anteriormente ocupados e projetados em prol da circulação dos automóveis, mudaram seu caráter constituindo-se em espaços preferenciais para pedestre, convidando o cidadão do passeio, à contemplação e à atividade pública. As cidades passaram a criar espaços para diversas formas de interação humana, ao que o cientista político Michael Walzer

denominou de espaço funcional, “pensando para uma variedade de usos, participantes e usuários”. (ROGERS, 2001, p. 9 apud SORIANO, 2006, p.46).

Nas últimas décadas, houve uma requalificação do valor patrimonial e cultural, surgindo assim políticas públicas para a revitalização do espaço, como forma de recuperar as identidades históricas e inserir as cidades no panorama cultural mundial, no intuito de se destacar no contexto globalizado. Para isso, foi necessária a criação de novos lugares e resgate de outros em áreas esquecidas e desvalorizadas, transformando o espaço em uma área multifuncional com atividades culturais como museus, teatros, bibliotecas, e de lazer de acordo com as exigências vigentes do mercado de cidades.

Os dados divulgados pelo Ministério da Cultura, no ano de 2004, atestam que cerca de quinhentas companhias do setor privado e público apoiaram projetos de recuperação da memória e do patrimônio nacional. O "Programa Monumenta", como se afirmou anteriormente, visou incentivar a ocupação e o uso efetivo das áreas reabilitadas por meio de atividades econômicas, culturais e sociais auto-sustentáveis. Para tanto, foram associadas ao programa, com apoio do BID, linhas de crédito complementares do Banco Nacional de Desenvolvimento — BNDES e da Caixa Econômica Federal. (PELEGRINI, 2006)

O espaço público tem sido redesenhado, recuperado e apropriado, para retomar sua importância, a partir dos novos projetos urbanos das grandes cidades. A reforma urbana ressurgiu sob a direção das políticas públicas nas quais a cidade é tratada como atração, na tentativa de construção de uma imagem mercadológica, ligada ao consumo, em que a “cidade” encontra-se disponível para ser vista, consumida e curtida.

Dar determinada imagem à cidade através da organização de espaços urbanos espetaculares se tornou um meio de atrair capital e pessoas do tipo certo num período que começou em 1973 de competição interurbana e de empreendedorismo urbano intensificados. (HARVEY 2014, p. 92).

As intervenções realizadas nas grandes cidades propõem recuperar as identidades históricas e inserir as cidades no panorama cultural mundial. Para isso apresenta forte apelo visual, com o objetivo de atrair atenção do público, com o objetivo de dar mais visibilidade para a cidade e legitimar uma série de intervenções pontuais desarticuladas, que beneficiam grupos privilegiados através da valorização imobiliária.

Ao priorizar o mercado consumidor de turismo, a atenção não se volta para todos os espaços urbanos que formam a cidade, pois a premissa do

juízo para o cuidado do espaço está no retorno que este oferece aos cofres públicos. Deste modo, muito se faz a favor daqueles que usam o espaço como passagem, enquanto a política pública se esquece dos usuários/moradores que necessitam se apropriar do espaço público como local de lazer e descanso, próximos de suas residências.

Ademais, a associação dos bens culturais ao seu valor de mercado corroborou a ampliação do consumo cultural e a transformação da paisagem histórica em "ruínas" patrimoniais de *marketing* urbano. Dessa maneira, observa-se que predominantemente os poderes públicos e a iniciativa privada no Brasil têm investido em programas superficiais que criam simulacros de preservação ou cenários vazios de historicidade, cujo intuito é buscar o desenvolvimento do turismo, não raro de um turismo indiscriminado e prejudicial, muitas vezes dissociado das prerrogativas do turismo cultural. (PELEGRINI, 2006)

Nas grandes cidades e capitais, as zonas centrais foram abandonadas pelas classes altas, nobres e oligárquicas que, em séculos passados, venderam suas propriedades, e que hoje se tornaram edifícios tombados pelo patrimônio histórico, alguns pertencentes ao espaço público. A revitalização destes espaços muitas vezes recai em uma "restauração de fachada", para homogeneização dos centros históricos simplesmente, a qual proporcionam as condições para que se desenvolva a criminalidade, insalubridade e ocupações irregulares.

Segundo (PELEGRINI, 2009) a problemática encontrada nos centros históricos ocorre, pois, sua revitalização não é autossustentável. Muitas vezes, limita-se à recuperação do espaço público, a restauração das fachadas dos edifícios, à limpeza dos monumentos, e à exclusão da população pobre, pois visa reduzir os custos dos investimentos públicos. Desta forma existe o cenário propício para os conflitos sociais que desencadeiam reações violentas, seja pela apropriação de espaços, e direitos fundamentais ou pelo aproveitamento das condições de extrema pobreza, que proporciona o desenvolvimento do crime organizado, cafetões, prostitutas, traficantes de droga e usuários no espaço público.

O uso do espaço público como ambiente de criminalidade e abandono do patrimônio histórico ocorre pela falta de responsabilidade social dos órgãos e estatais que não elaboram programas habitacionais, políticas ambientais e valorização cultural local e sua comercialização. A precariedade da fiscalização do patrimônio nacional efetuada pelo Iphan, é outra questão que proporciona a

deprecação e mau uso de parques nacionais e sítios arqueológicos, a destruição de produções artísticas e arquitetônicas no espaço urbano.

A adaptação do "pseudo" patrimônio recuperado aos novos usos nem sempre resulta em processos integrados de reabilitação, ou seja, numa reabilitação pautada por estratégias de gestão urbana que visem "requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, econômicas e funcionais" do local, capazes de fomentar a melhoria da "qualidade de vida das populações residentes". Tal processo "exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infraestruturas, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito". Em outros termos, esse procedimento implica a adoção de dispositivos aptos a "devolver a uma cidade ou a um conjunto histórico suas qualidades desaparecidas, sua dignidade, assim como sua aptidão a desempenhar um papel social". (PELEGRINI, 2006)

### **Espaço Público e Poder Público**

Pensar o urbano possibilita a diminuição das desigualdades e proporciona equidade aos cidadãos, em relação aos espaços públicos e na dinâmica da cidade, isto é possível pelo Plano Diretor, que oferece as diretrizes para o Planejamento Urbano.

As intervenções urbanísticas de iniciativa do poder público caracterizam-se por ser de grande escala e de grande impacto urbano, de forma a adequar as áreas centrais às funções que lhes são atribuídas pelos planos diretores e pelas orientações públicas para a recuperação urbana e a criação de condições favoráveis ao incremento dos mercados imobiliário e financeiro.

A Constituição Federal de 1988 no capítulo específico para a Política Urbana, (Capítulo II, Título VII) aponta, que o Estado tem a função de planejar e gerir a cidade através de uma política urbana, direcionada a garantir o bem-estar de seus habitantes.

Os Municípios obtiveram a responsabilidade de executar a Política de Desenvolvimento Urbano, conforme o artigo 182 da C.F., regulamentado pelo Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001. O plano diretor para as cidades com mais de 20 mil habitantes passou a ser obrigatório, ressaltando às questões do solo e Planejamento Urbano.

Deste modo, a Constituição Federal e a legislação urbanística atribuíram a responsabilidade dos entes federativos no Planejamento e Gestão Urbana, e define o município como ente executor da Política Urbana.

No entanto, há que se romper com a visão fracionada das políticas públicas que tratam o urbano sem observá-lo em sua globalidade e, simultaneamente, sem perceber as peculiaridades dos seus elementos culturais. Há que se investigar novos padrões de preservação que não se reduzam à conjugação das áreas de saneamento básico, transportes e habitação. Faz-se necessário investigar perspectivas de interação físico-espacial das áreas urbanas, admitindo suas características e a aplicação de procedimentos particularizados, não restritos a métodos homogêneos para o trato de áreas urbanas que em essência se mostram desiguais. Talvez, a coordenação de esforços nessa direção possa gerar os instrumentos apropriados à gestão e acionar a articulação entre as diversas esferas político-administrativas do Estado e da sociedade, de modo a se criarem espaços de discussão e debate como "Câmaras Multi-setoriais de Política Pública" e "Planos Plurianuais de Governo".(PELEGRINI, 2006)

Portanto, as intervenções urbanísticas de iniciativa do poder público se destacam por serem de grande escala e de grande impacto urbano, possibilitando adequar as áreas às funções que lhes são atribuídas pelo plano diretor e pelas orientações públicas para a recuperação urbana e oferecimento de condições favoráveis ao desenvolvimento dos mercados imobiliário, financeiro e social.

### **Espaço Público e Mercado Imobiliário**

A gentrificação da cidade contemporânea atende à especulação imobiliária, proporciona a segregação social, e investimentos de melhorias urbanas recair em zonas de classe alta e média. Isso resulta na discrepância de investimentos no espaço urbano e público fazendo a cidade ser composta por parte sórdida, pobre, marginal e insegura; e rica, opulenta, tentadora e segura.

Nas cidades do interior dos estados, o espaço urbano/público marginalizado, são os bairros mais afastados do centro, pois o mercado imobiliário estabelece valores baixos, que proporciona maior concentração de pessoas pertencentes a classe baixa, que sofrem com a falta de infraestrutura, e investimento no espaço público, que se reduz a um grande vazio. Assim o espaço público não atinge sua função de encontro, diálogo e lazer, pois não oferece a dinâmica aceitável para sua ocupação e identificação pelos cidadãos.

A partir da problemática aqui já apontado do espaço público, as classes altas e médias renunciaram ao espaço público da cidade tradicional por receio e medo, enquanto a classe baixa se vê obrigada a se relacionar com o espaço,



mesmo com medo, pois este se mantém na rotina diária do cidadão, ao ir ou retornar para seu lar e trabalho.

Ao renunciarem ao uso do espaço público devido à falta de infraestrutura as classes alta e média, proporcionaram empreendimentos e investimentos em construções que promovem um "ideal" de bairro, como ocorre com os grupos Alphaville Urbanismo S.A, e Momentum S.A, que oferece a elaboração de condomínios fechados, com serviços 24 horas como segurança, centro comercial, e diversas opções de lazer. Morar em uma cidade e bairro que sejam fruto do planejamento urbano é direito de todos os cidadãos, a partir do gerenciamento do Estado no Planejamento Urbano.

[...] talvez a saída mais viável se assente na interpretação das propostas de reabilitação centradas na ideia de promover a identidade coletiva e a apropriação dos bens culturais por parte da população residente. Em termos legais, no Brasil, a Carta Constitucional de 1988 afixou os vínculos entre direitos sociais e culturais do "povo" brasileiro. Do mesmo modo, a Lei nº 10.257 (10.07.2001), referente ao "Estatuto da cidade", chamou a atenção para o direito ao usufruto do espaço coletivo. (PELEGRINI, 2006)

A cidade é composta por centro-periferia, estabelecendo um espaço hierarquizado que demonstra o processo de estruturação da cidade, está sendo vista como produto, em que seus espaços são apropriados de maneiras diferenciadas por diversos grupos, pela sua posição social e econômica, enquanto a periferia é tratada por meio de políticas públicas, que muitas vezes, são pautadas por ações compensatórias e paliativas, desconsiderando as verdadeiras necessidades dos bairros.

A cidade como espaço homogêneo é impensável, pois se percebe que as pessoas estão cada vez mais sozinhas, se relacionando o mínimo possível, ou seja, um individualismo exacerbado, em plena negação do outro. A ocorrência deste processo socioespacial ressalta a importância de pensar a dimensão da cidade e enfatizar o direito que o cidadão tem a ela, o direito à vivência, da oportunidade, da acessibilidade ao espaço que represente o público, oferecendo o lugar de encontro e pertencimento.

**Espaço Público: Região Leste, Cidade de Ourinhos\_SP**

Ourinhos é uma cidade do interior do Estado de São Paulo, a qual foi emancipada em 1910, seu setor econômico é composto pela atividade comercial e agrícola, destaque para o cultivo da cana-de-açúcar, soja e milho. Segundo o Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE) de 2010, a estimativa de população na cidade para 2018 foi de 112.711 pessoas, com densidade demográfica 347.78 hab/km<sup>2</sup>, sendo a área de ocupação do município de 296,203 km<sup>2</sup>, e de 12,4015 km<sup>2</sup> seu perímetro urbano, dados segundo o censo 2010.

A região iniciou sua urbanização com a aquisição das terras do município em 1910 por Álvaro Ferreira de Moraes que viria a ser o segundo prefeito de Ourinhos, e fundador da fazenda Boa Esperança, que hoje é o bairro com o mesmo nome.

Durante décadas, a cidade de Ourinhos apresentava características típicas de cidade do interior, contudo, a partir dos anos 80, ela começa a mudar sua arquitetura e seus espaços públicos.

Atualmente, a cidade ainda atende à especulação imobiliária, que proporciona a segregação social, e faz investimentos de melhorias urbanas recair em zonas de classe alta e média. Isso resulta na discrepância de investimentos no espaço urbano e público.

A pesquisa de campo se restringe a verificação das áreas públicas, localiza na parte leste da cidade, nos Bairros Boa Esperança, Vila São Jorge e Vila Operaria, classificadas como bairros de classe média baixa.

A área em estudo apresenta a dimensão urbana aproximada de 1.072.631 m<sup>2</sup> com uma população estimada em 9.654 pessoas, e com área verde/pública de 56.154m<sup>2</sup>, a qual será o objeto de estudo e análise, pois segundo Organização Mundial da Saúde (OMS), área verde mínima por habitante deve ser de 12m<sup>2</sup>, e a ideal é de 36 m<sup>2</sup>, enquanto a quantidade de árvore deve ser de três árvores, por morador.

O bairro conta com uma área verde de preservação permanente (APP), caracterizada pelo atual Código Florestal, Lei nº12.651/12, em que esta área, em 2009, passou por um processo de canalização dos córregos Monjolinho e Christoni, cujo projeto previa a plantação de vegetação nativa ao longo dos córregos, com o objetivo de recuperar as nascentes e vegetação ciliar.

A área de preservação permanente que se encontra no centro dos bairros acima citado, tem uma dimensão estimada de 45.955m<sup>2</sup> e não conta com vegetação nativa e reflorestamento, não há nenhum indicio de programa de recuperação e preservação da área (figura1). A área é usada pelos moradores de forma informal, com passeios que ligam um bairro ao outro (figura2), cultivo de horta (figura 3), e uso para brincadeiras diversas (figura4).

Figura 1. Região Leste cidade Ourinhos.



Fonte: Google Earth, 2019.

Figura 2. Passeio.



Fonte: Fotografia tirada no local, 2019.



Figura 3. Horta



Fonte: Fotografia tirada no local, 2019.

A estimativa de dimensão mínima de área verde na região que compõe os bairros, segundo os dados oferecidos pela instituição (OMS) seria de aproximadamente 108.000,00 m<sup>2</sup>, enquanto a ideal deveria ser 324.000,00 m<sup>2</sup>, o bairro consta com uma estimativa de área pública/verde de 56.148m<sup>2</sup>, ficando abaixo da área mínima estabelecida pela (OMS), quanto a quantidade de árvore no bairro deveria ser de 28.692 árvores, sendo a realidade controversa, comparada ao que é estabelecido pelo (OMS), como é possível verificar na figura1.

As áreas públicas/verdes que constam no bairro são: a área de APP (figura 1), canteiro central de cruzamento de ruas (figura 5-6), e espaço aberto “centro esportivo” (figuras 7-8), e praças (figuras 9-10). Ao analisar os espaços públicos citados, percebemos as condições oferecidas pelo poder público aos moradores do bairro, com espaços inadequados pela falta de segurança, de iluminação pública, acessibilidade das calçadas, mobiliário, entre outros aspectos que este presente trabalho pretende apresentar junto à pesquisa de campo que foi realizada, com a finalidade de propor junto à metodologia da representação social, uma proposta de projeto arquitetônico de um espaço público adequado para os moradores destes bairros.



Os dados apresentados e analisados até o momento demonstram que os espaços públicos/verdes são insuficientes para a região, e os espaços existentes não suprem as necessidades dos moradores como será apresentado no resultado de pesquisa.

Figura 5. Cruzamento da Rua: Osório Alves.



Fonte: Fotografia tirada no local, 2019.

Figura 6. Cruzamento da Rua: Pref. Candido Barbosa Filho.



Fonte: Fotografia tirada no local, 2019.

Figura 7. Centro Esportivo do Bairro, Rua Viela Antônio Cruz.



Fonte: Fotografia tirada no local, 2019.

Figura 8. Espaço Aberto, Rua José Maia de Oliveira.



Fonte: Fotografia tirada no local, 2019.



Figura 9. Praça, Rua: Ruth Barbosa.



Fonte: Fotografia tirada no local, 2019

Figura 10. Praça, Rua: Alberto Mori.





Fonte: Fotografia tirada no local, 2019.

## **MATERIAL E MÉTODO**

### **Teoria das Representações Sociais**

Apresentar as representações sociais no contexto da pesquisa sociabilidade urbana se faz necessária para a compreensão do olhar urbano pelos moradores dos bairros Boa Esperança, Vale Verde e Vila Operária. O resultado proporcionará a elaboração de um projeto arquitetônico de um parque, que compete suprir as necessidades dos moradores.

Como método de pesquisa será utilizada a teoria das representações sociais que é considerada a “grande teoria”, que interage com outras teorias, por exemplo: a teoria do núcleo central, elaborada por Jean Claude Abric, que oferece objetividade que falta na teoria geral, pois Núcleo central é um dos aspectos que formam a representação social, a qual caracteriza-se pela não flexibilidade de mudança ou alteração de ideia, costume, tradição, entre outros.

A teoria das representações sociais elaborada por Serge Moscovici (1975) se articula nos campos da psicologia e da Sociologia. Segundo Moscovici a representação social é um conjunto de conceitos, proposição, explicação criada na vida cotidiana, no discurso da comunicação interindividual, são equivalentes em nossa sociedade dos mitos, e sistemas de crença das sociedades tradicionais e podem ainda ser vistas como versão contemporânea do senso comum, sendo sua principal função tornar familiar o não familiar.

As funções das representações sociais são evidentes quanto a compreender sua natureza social, permitindo que o indivíduo transforme uma realidade estranha desconhecida em sua realidade familiar, permite a

comunicação entre os indivíduos, guia a ação social, justifica as decisões, posições e condutas adotadas diante de certo evento ou objeto de análise.

A teoria da representação social permite analisar o comportamento do indivíduo em sociedade, considerando sua orientação pelo senso comum, que é o conjunto de ideias, explicações e coerências, resultado de sua interação social. Deste modo, as representações sociais são formadas pelo campo cognitivo, que é a capacidade de gerar imagens como estoque de conhecimento sobre objeto que está sendo informado; Informação passa ser o que organiza o conhecimento; atitude é o posicionamento sobre o objeto que está sendo informado, e a maneira que é apresentado o objeto tem grande influência como será criada a representação social do mesmo. A teoria da representação social nada mais é que a teoria do pensamento social, que é acompanhada pelo grupo.

Com efeito, o tipo de realidade social para que aponta o conceito de representação social está finamente tecido por um conjunto de elementos de natureza muito diversa: processos cognitivos, inserções sociais, fatores afetivos, sistemas de valores ... que devem caber simultaneamente no instrumento conceitual utilizado para elucidá-lo” (IBANEZ 1988: 32-33 apud PEREIRA 1996, p.32)

O caráter social das representações sociais na psicologia social não permite abordagens fixas e imutáveis, visto que os indivíduos se articulam, desenvolvem -se, juntamente com as relações socioespaciais. São os diferentes grupos presentes na sociedade que possibilitam um pensamento social e, por meio a natureza dos contatos sociais de acordo com aspectos históricos. Um indivíduo pode pertencer a diversos grupos e, assim, receber influências que particularizam os limites de suas representações sociais. As diversas influências na prática na vida cotidiana, sustentam ou transformam as representações sociais, possibilitado à relação entre práticas e representações sociais um caráter indivisível. Contudo, na representação social existe um aspecto mais resistente a mudanças, associado a memória coletiva do grupo social, e um aspecto mais flexível a mudanças, que envolve o vivido e o cotidiano atual do grupo social.

A proposição de que o conteúdo da representação se organiza em um sistema central e um periférico, com características e funções distintas, é certamente a sua principal contribuição. Isto porque permitiu solucionar teoricamente o problema empírico incômodo de que as representações exibiam características contraditórias, ou seja, mostravam-se ao mesmo tempo estáveis e mutáveis, rígidas e

flexíveis, consensuais e individualizadas. A teoria da abric atribui aos elementos cognitivos do núcleo central as características de estabilidade/rigidez/consensualidade e aos elementos periféricos um caráter mutável/flexível/individualizado, de modo que o primeiro proporciona o significado global da representação e organiza os segundos, os quais por seu turno, asseguram a interface com as situações e práticas concretas da população. Com isso, a teoria foi capaz de conciliar aquelas aparentes contradições em um todo estruturado e dinâmico. (PEREIRA 1998, p.77)

Os fatores sociais são construídos por diferentes processos, tendo como base a objetivação, que é a forma de organização dos elementos constituídos da representação e o percurso através do qual tais elementos adquirem materialidade, sendo assim o processo que transforma o abstrato em concreto. Os pilares que possibilitam o desenvolvimento da objetivação são: o processo de construção seletiva e simplificada; normas e crenças, que parte dos valores morais; esquematização/estruturação das relações de elementos das representações, e aquisição da materialidade, o abstrato torna-se conceito através da impressão em imagem e metáforas.

Outra base referente ao fator social é a ancoragem que passa a ser os processos de assimilação do novo ao que já existe, precedente ou posterior à objetivação, a qual exige pontos de referência, podendo ser as experiências ou esquemas preestabelecidos ao que o objeto em análise de representação é pensado. A função social das representações sociais, permite compreender a forma como os elementos representados contribuem para exprimir as relações sociais, sendo a ancoragem a instrução do saber conferindo um valor funcional, para interpretação do ambiente.

Ancoragem e objetivação são, pois, maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido. (MOSCOVICI, 2003, p. 78 apud PEREIRA 1998, p.47)

Desta perspectiva compreende-se que as representações sociais nos fornecem elementos para analisarmos as práticas sociais, seus diálogos e manifestações, individuais ou em grupo, ou seja, pesquisar as representações sociais é um meio de reconhecer a organização e os conteúdos de saberes e

práticas sociais, possibilitando a compreensão do resultado da relação entre representação e ação social.

## **NÚCLEO CENTRAL**

A Teoria do Núcleo Central possibilita a compreensão sobre os fatores estruturais da representação social qual alteração pode transformar uma representação.

O núcleo central é um subconjunto da representação, composto de um ou de alguns elementos, cuja ausência desestruturaria ou daria uma significação radicalmente diferente à representação em seu conjunto. Por outro lado, é o elemento mais estável da representação, o que mais resiste à mudança. Uma representação é suscetível de evoluir e de se transformar superficialmente por uma mudança do sentido ou da natureza de seus elementos periféricos. Mas ela só se transforma radicalmente – muda de significação – quando o próprio núcleo central é posto em questão. (ABRIC, 1994, p. 163 apud PEREIRA 1996, p.63)

As representações sociais apresentam estrutura interna e seu reconhecimento ocorre pela técnica de coleta e tratamento de dados, por meio de termos indutores, no âmbito da Teoria do Núcleo Central, elaborada por Jean Claude Abric. Esta metodologia considera todos os aspectos de sua elaboração, como as observações de campo, entrevistas semiestruturadas e questionários. Todos os elementos que compõem a metodologia do núcleo central possibilitam reconhecer as características da realidade, que são apreendidas de formas diferenciadas. Deste modo o núcleo central de uma representação se faz um sistema organizado, pois são constituídos de elementos normativos e funcionais, a qual são hierarquizados e podem ser ativados diferentemente, de acordo com a natureza do grupo ou situação.

O trabalho apresentará a organização interna das representações sociais no contexto da pesquisa Espaço Urbano. Para compreensão da organização interna das representações sociais foi apresentado 3 termos indutores, e a técnica escolhida foi de associação ou evocação livre elaborada por Abric (1994), no âmbito da teoria do núcleo central. O autor exemplifica que a técnica para coleta de conteúdo de uma representação consiste em apresentar ao sujeito entrevistado um termo indutor, uma palavra, que condiz ao objeto que se deseja analisar, e permitir ao entrevistado que o mesmo apresente palavras e expressões que oferecem significado ao termo indutor.

O caráter espontâneo -portanto menos controlado – e a dimensão projetiva dessa produção deveria, portanto, permitir o acesso, muito mais facilmente e rapidamente do que em uma entrevista, aos elementos que constituem o universo semântico do termo ou do objeto estudado. A associação livre permite a atualização de elementos implícitos ou latentes que seriam perdidos ou mascarados nas produções discursivas.” (ABRIC 1994 p.66 apud PEREIRA 1998, p.116)

Para conhecermos a organização interna das representações sociais, apresentamos 3 termos indutores (Praça do Passado, Praça atual do Bairro e Praça ideal para o Bairro), a 40 entrevistados. A estes, foi proposto que relacionassem outras 7 palavras ou expressões, relativas a cada um dos termos indutores. A fim de proporcionar identificação a estrutura de base quantitativa e classificatória na estrutura interna da representação social. A partir do uso das técnicas quantitativas dos elementos do núcleo central, foi possível formular hipóteses acerca da centralidade das cognições da representação social.

“O saber comum”, focaliza a pesquisa das objetivações, “concebidas como espécies de mapas mentais dotados de uma existências quase material e próprios a uma dada população” (p.16). Trata-se evidenciar a existência de aspectos comuns na diversidade de dados e de integrá-los em um todo coerente. (PEREIRA 1996, p.105)

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a apresentação de resultados foi realizado uma pesquisa de campo nos bairros que engloba a região leste da cidade de Ourinhos-SP, com a pretensão de analisar a visão dos moradores sobre o espaço público, segundo a linha do tempo, para obter observações como a representação social se altera ou se mantém, para isso foi necessário a abordagem junto ao público de questões abertas, a qual o entrevistado tinha a liberdade de enumerar até sete palavras, ações, emoções ou ideias, sobre as expressões em destaque no enunciado.

O questionário apresentado aos moradores foi realizado com as seguintes questões: 1. Quando você pensa em **PRAÇA DO PASSADO**, quais são as primeiras coisas (palavras, ideias, sensações) que lhe vem na cabeça? Escreva as 7 primeiras palavras;; 2. Quando você pensa em **PRAÇA ATUAL DO BAIRRO**, quais são as primeiras coisas (palavras, ideias, sensações) que lhe vem na cabeça? Escreva as 7 primeiras palavras;; 3. Quando você pensa

em **PRAÇA IDEAL PARA O BAIRRO**, quais são as primeiras coisas (palavras, ideias, sensações) que lhe vem na cabeça? Escreva as 7 primeiras palavras:.

A pesquisa de campo foi realizada na semana 26 a 30 de Agosto de 2019, em períodos alterados, com a intenção de atingir uma diversidade de idades, gênero e interesses sociais. Os resultados que será apresentado é parcial, pois foram realizados 40 entrevistas no bairro. Os resultados obtidos compõem das 3 palavras mais repetidas, pelos entrevistados, a apresentação do método será composto pela divisão dos moradores por idade, e a quantidade de tempo residindo no bairro. Deste modo podemos observar:

1. Quando você pensa em **PRAÇA DO PASSADO**, quais são as primeiras coisas (palavras, ideias, sensações) que lhe vem na cabeça? Escreva as 7 primeiras palavras:

Por Idade do Entrevistado (a):

20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	+ 60 anos
1. Mobiliário	1. Brincadeira	1. Amizade	1. Encontro	1. Banda
2. Árvore	2. Amizade	Segurança	Lazer	2. Namorar
3. Encontro	Coreto	2. Árvore	2. Árvore	3. Encontro
Brincadeira	3. Mobiliário	3. Mobiliário	3. Coreto	Lazer

Por tempo de residência no bairro:

0 a 20 anos	21 a 40anos	+ de 41 anos
1. Encontro	1. Amizade	1. Encontro
Árvore	2. Árvore	Namoro
Mobiliário	3. Brincadeira	Árvore
2. Não Frequentava	Encontro	Banda

2. Quando você pensa em **PRAÇA ATUAL DO BAIRRO**, quais são as primeiras coisas (palavras, ideias, sensações) que lhe vem na cabeça? Escreva as 7 primeiras palavras:

Por Idade do Entrevistado (a):

20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	+ 60 anos
1. Falta de Manutenção	1. Não tem	1. Não tem	1. Falta de Manutenção	1. Não tem

2.Não tem	2. Falta de Manutenção	2. Falta de Manutenção	2.Não tem	2.Não Frequenta
3.Não Frequenta	3.Não Frequenta	3.Não Frequenta	3.Não Frequenta	3. Falta de Manutenção

Por tempo de residência no bairro:

0 a 20 anos	21 a 40anos	+ de 41 anos
1.Não Tem	1. Não Tem	1.Não Tem
2. Falta de Manutenção	2. Falta de Manutenção	2. Falta de Manutenção
3. Árvore	3. Bagunça	3. Lixo
Não Frequenta	Não Frequenta	

3. Quando você pensa em **PRAÇA IDEAL PARA O BAIRRO**, quais são as primeiras coisas (palavras, ideias, sensações) que lhe vem na cabeça?  
Escreva as 7 primeiras palavras:.

Por Idade do Entrevistado (a):

20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	+ 60 anos
1.Atividade Física	1. Árvore	1.Atividade Física	1.Árvore	1.Atividade Física
2.Segurança	Parquinho	2. Árvore	2. Segurança	2.Segurança
3. Parquinho	2. Atividade Física	3.Segurança	3.Atividade Física	Parquinho
	3.Bebedouro	Parquinho	Mobiliário	3.Árvore

Por tempo de residência no bairro:

0 a 20 anos	21 a 40anos	+ de 41 anos
1. Árvore	1. Parquinho	1.Mobiliário
2.Segurança	2. Árvore	2. Atividade Física
3. Atividade Física	3.Atividade Física	Árvore
Parquinho	Mobiliário	3.Parquinho

Os resultados mostram que as respostas obtidas nas questões, estão associadas a memória social e coletiva, pois apontam para local de relacionamento, sendo ponto de encontro, de brincadeira, namoro, local de

fotografia de noivos entre tantas outras memórias, principalmente pelas pessoas mais velhas; também houve reconhecimento de aspectos arquitetônicos como coreto, pavimentação do piso da praça, fonte, mobiliário. Enquanto a pessoas mais jovens percebemos a memória associada a aspectos arquitetônicos e não emocionais e isto é comprovado e repetido principalmente com as respostas da questão 2, que demonstra a falta de interesse de ocupação e relação com o espaço público, quando se diz não haver nenhuma praça no bairro, embora a quantidade de espaço público realmente é limitado mas não nulo.

As respostas enquanto a praça ideal demonstra as novas funções que o espaço público deve ter como local de atividade física sendo necessário uma infraestrutura, citado pelos entrevistados a necessidade de bebedouro, banheiro e comércio, outro item a se destacar é a importância da segurança para a ocupação do espaço, pois palavras como falta de manutenção, bagunça e usuário de drogas foram citados como respostas da questão 2, entre as diferentes faixa etária de idade dos entrevistados.

## **CONCLUSÃO**

A partir do desenvolvimento do pensamento urbanístico ao longo do século XX, reconhece os diferentes papéis desempenhados pelo espaço público, configurando o layout a privilegiar a mobilidade urbana, a vida social e política das cidades, em outro momento configurar o transito, recuperar os espaços públicos como identidade histórica, e os conflitos com o mercado imobiliário e a problemática do abandono e espaços residuais. O espaço público possibilita diferentes conceitos, diante de seu contexto social, política, cultural e urbanística e sua relação com a cidade e a história.

O método da representação social como processo de conhecimento é uma alternativa de modelo do objeto que pode atender as diferentes áreas científicas como linguística, comportamental e material, o resultado apresentado a partir da pesquisa em representação social é um saber que permite a atuação sobre os resultados.

Deste modo a pesquisa de campo junto aos moradores da região leste na cidade de Ourinhos se justifica pela observação das relações sociais dos



moradores com o espaço público e como essa relação se altera conforme o tempo transcorrido. As respostas obtidas pelos entrevistados demonstra: a importância da memória social e coletiva, pois as palavras usadas pelos entrevistadores demonstram emoção e afetividade, principalmente por pessoas mais velhas como resposta a questão 1. A Questão número 2, ressalta o desinteresse ou a não frequência da praça, a qual demonstra a perda de sua função social no presente. A questão número 3, aponta para a necessidade da sociedade atual, portanto permitindo uma nova configuração e função para os espaços públicos, como local de atividade física, e a reafirmação de local de vasta vegetação e de brincadeira para as crianças.

Portanto o espaço público antes de ser elaborado como projeto arquitetônico e urbanístico deve considerar as representações sociais como resposta de seus usuários, pois o espaço sem o público passar ser um vazio ou uma problemática para a malha urbana.

## REFERÊNCIAS

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 4.ed. São Paulo. Editora Perspectiva. 2005.

CERQUEIRA, Yasminie. **Espaço público e sociabilidade urbana: apropriação e significado dos espaços públicos na cidade contemporânea**. Tese (Mestrado em Arquitetura). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. p.122 .2013. disponível em:< [https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/12402/1/YasminieMSFC\\_DISSERT.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/12402/1/YasminieMSFC_DISSERT.pdf) > acesso em 15 Agosto.2018.

DAMATTA, Fábio. **Crise das matrizes espaciais: Arquitetura, cidades, geopolítica, tecno cultura**. Coleção Debates. São Paulo: Perspectivas, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2.ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 2009

HARTOG, François. **Remes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito a cidade a revolução urbana**. São Paulo. Martins Fontes, 2017.

JACOBS, James. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins, 2000.

NUNEZ, Lorraine. **Praça willie davids-Londrina: Espaço como Memória.** disponível em:< <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/10296> > acesso em Agosto.2018.

PEREGRINI, Sandra. **Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental.** Rev. Bras. Hist. vol.26 no.51 São Paulo Jan./June 2006. Disponível em : <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882006000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000100007). > acesso em 04 Setembro.2018.

PEREIRA de Sá, Celso. **Núcleo Central das Representações Sociais.** Rio de Janeiro. ed. Vozes, 1996;

PEREIRA de Sá, Celso. **A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais.** Rio de Janeiro. Ed. UERJ, 1998.

SORIANO, Ana Gabriela. **O espaço público e a cidade contemporânea: as praças de salvador entre o discurso e a intervenção.** Tese (Mestrado em Arquitetura)- Universidade Federal da Bahia. Bahia, p. 168. 2006. disponível em:<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8830/1/sorianoparte1.pdf> > acesso em 15 Agosto.2018